

Eletrobrás cancela projetos após estudar o impacto ambiental

por Fátima Belchior do Rio

As empresas do setor elétrico estão adotando uma nova postura na relação entre seus empreendimentos e a questão sócio-ambiental. Exemplo concreto: cinco usinas hidrelétricas, cuja construção representaria forte impacto ambiental, foram retiradas da mais recente versão do plano decenal de geração de energia elétrica, que abrange o período de 1990 a 1999. Outras cinco, todas na Amazônia, saíram deste horizonte e terão seus projetos reestudados.

O enfoque dado pelo setor elétrico à questão ambiental é, na prática, o resultado do trabalho conjunto de empresas estaduais e federais de energia, de órgãos governamentais, universidades e do Comitê Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA), integrado por especialistas de diferentes áreas e entidades ecológicas. Tudo isto, somado à experiência passada das próprias empresas, está consolidado no plano diretor de meio ambiente do setor elétrico, uma minuta de 260 laudas, que terá a versão final divulgada em março próximo.

Na introdução da primeira versão do plano diretor, a Eletrobrás, coordenadora do trabalho, destaca que a nova forma como a questão sócio-ambiental vem sendo olhada pelo setor deve-se a dois fatores: a crescente e ampla atenção que o uso adequado dos recursos naturais passou a ter para a sociedade brasileira; e ao quadro político, configurado na década de 80, que levou à discussão mais participativa de projetos de infra-estrutura, em função dos reflexos sobre grupos sociais.

"É uma questão de postura nova, não so de fazer papel", disse a este jornal o diretor de planejamento e engenharia da Eletrobrás, José Luiz Alqueres, que tem na sua área a coordenação dos programas ambientalistas. Em dezembro de 1986, informou ele, o setor elétrico montou um primeiro plano diretor. Ali, havia um programa de estudos. No atual, há diretrizes, já baseadas no recente passado histórico de construção de usinas hidrelétricas.

HISTÓRIAS TRAUMÁTICAS

Histórias de usinas como Sobradinho e Itaparica, que foram construídas sem que o enfoque sócio-ambiental tivesse feito parte de um programa inicial, revelaram-se traumáticas. Mas, também, serviram de experiência para as demais. A hidrelétrica de Sobradinho, no rio São Francisco, exigiu a relocação de 60 mil pessoas. Já Itaparica, no mesmo rio, movimentou 40 mil. Itá, no rio Uruguai, mexerá com apenas 15 mil, revelou Alqueres.

A decisão de retirar cinco usinas hidrelétricas do plano decenal — um detalhamento que é feito a cada ano no Plano 2010 — levou em conta, sobretudo, o impacto que teria sobre populações locais e áreas agrícolas.



José Luiz Alqueres

geral, as mudanças resultaram de três fatores predominantes: quantidades de pessoas afetadas por um projeto; dimensão da área alagada; e interferência sobre comunidades indígenas.

A Usina Santa Isabel, programada para gerar 2,2GW, no rio Araguaí, exigiria a relocação de 43 mil pessoas, inclusive 167 índios do grupo Karajá e o alagamento de uma área de 3.746 quilômetros quadrados. Pedra Branca e Belém, ambas projetadas para o São Francisco, deslocariam 100 mil e 128 mil pessoas e inundariam uma área das mais férteis da região.

A hidrelétrica Ilha Grande, no rio Paraná, modificaria a vida de 13 mil pessoas, em região agrícola e Capanema teria pouco impacto sobre populações locais e sobre a área a ser utilizada como um reservatório. Mas está dentro do Parque Nacional do Iguaçu, o que, por si só, justifica, o seu cancelamento. Segundo Alqueres, todas foram canceladas. E, por motivos semelhantes, serão reestudados os efeitos da construção de usinas como Apiacas, Caiabis, Ávila e Apari, todas na região amazônica.

"Estamos advogando uma postura preventiva e não corretiva, procurando equacionar a questão ambiental desde o início, pois caso contrário acabará ficando mais caro", comentou, por sua vez, a chefe do departamento de meio ambiente da Eletrobrás, Maria Teresa Serra. Referiu-se, assim, à história de Itaparica, que teve toda a questão ambiental olhada, gradativamente, pois não houve um projeto inicial de impacto que minimizasse problemas com comunidades locais.

E fato também, como informou Alqueres, que a nova postura do setor elétrico na relação empreendimento-meio ambiente encarecerá cada empreendimento em cerca de 15 a 20%. Nestes percentuais incluem-se todos os gastos necessários para relocação de pessoal, indenizações, apoio à infra-estrutura, cuidados especiais com flora, fauna e águas, entre outros.

LINHAS DE ATUAÇÃO

A partir do que está definido, conceitualmente, no plano diretor, não se partirá para o estudo de viabilidade econômica de um empreendimento antes que outros aspectos sócio-ambientais sejam avaliados.

O exemplo de erros passados

por Fátima Belchior do Rio

A prática do dia-a-dia foi, nos últimos anos, um bom impulsor do plano diretor de meio ambiente do setor elétrico, elaborado sob a coordenação da Eletrobrás. Os erros passados são reavaliados, criam-se novos caminhos e buscam-se alternativas para situações, em muitos casos inéditas, tais como a de relação com comunidades indígenas.

Exemplos como de Sobradinho, Itaparica e Itá — três hidrelétricas — são utilizados, hoje, pela Eletrobrás para mostrar que houve erros e, posteriormente, evolução qualitativa. Em Sobradinho, uma obra da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), iniciada na década de 70, todas as decisões na relação com a população rural foram tomadas pela empresa. Itaparica, obra da mesma empresa, teve, ainda que tarde e em função de sucessivas pressões, a participação dos segmentos atingidos. Em Itá, empreendimento da Eletrobrás, há a presença da população envolvida nas

ANIMAIS SILVESTRES — O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciou a fiscalização nos ônibus interurbanos que transitam por Teresina para evitar o transporte clandestino de animais silvestres, principalmente tatus, cotias, veados e outras espécies ameaçadas de extinção.

Taxa de crescimento menor

por Fátima Belchior do Rio

O crescimento do mercado de energia elétrica a taxas menores do que o previsto, na década de 80, empurrou alguns empreendimentos hidrelétricos e termelétricos para a frente e contribuiu, de certa forma, para a realização do plano diretor de meio ambiente. Ou seja, o que foi cancelado, pelo menos no curto prazo, não exige reposição imediata, o que levaria a estudos adicionais e talvez custos extras.

Houve, em função de novas previsões do setor elétrico, uma mudança significativa no plano decenal de energia: de 1990 a 1999 serão construídas 73 usinas hidrelétricas e térmicas, ampliando a capacidade instalada do País em 33 GW. Quando o plano 2010, mais abrangente e menos detalhado do que o decenal, foi elaborado prevê-se que no ano 2001 o País teria 126 usinas, entre hidre-

létricas e térmicas, com capacidade de 65 GW. É fato que são dois anos à frente, mas são praticamente 50% menos em energia. As nucleares — Angra II e III — foram preservadas.

Em verdade, segundo revelou a chefe do departamento de meio ambiente da Eletrobrás, Maria Teresa Serra, houve quase que uma coincidência entre necessidade de rever programas por questões sócio-ambientais e por um crescimento menor do mercado.

Não poderia ser diferente: o plano decenal de geração de energia elétrica trabalha, por exemplo, com a previsão de que o produto interno bruto, na média de 1988 a 2000, crescerá a taxa de 5% ao ano.

O plano 2010 trabalhou com a hipótese de 6,1%. Assim, o equivalente em crescimento de energia elétrica, de acordo com o plano decenal, será de 5,6% e não 6,3%, segundo o 2010.

O exemplo mais concreto desta postura é a usina do Foz do Bezerra, projetada para ser construída em Goiás, numa área em que há um quilombo. A construção está suspensa até que se conclua todos os estudos antropológicos, arqueológicos, de flora e fauna da região. Depois, se definirá como adequar — ou não — todos estes aspectos ao programa energético. "Por todos estes cuidados, a sociedade pagará entre 15 e 20% mais caro", comentou Alqueres.

É bem verdade, como admitiu Alqueres, que para esta mudança na abordagem das questões ambientais, contribuíram pressões internas e externas. "A cobrança acelerou e enriqueceu o processo de realização do trabalho", disse ele, que conviveu com pressões de entidades ecológicas durante a construção de hidrelétricas como Carará e Babaquara, ambas no Amazonas, e hoje com projetos reformulados.

O Banco Mundial, tradicional financiador de empreendimentos hidrelétricos, passou o ano passado com a atenção voltada para o programa nuclear brasileiro.

"Demonstramos a comunidade externa a profundidade do trabalho", comentou Alqueres, que garante não ter mais problemas de caráter ambientalista com o Banco Mundial (BIRD).

Entre as diretrizes definidas no plano diretor, destacam-se três ligadas diretamente ao relacionamento com população de áreas ribeirinhas ou com comunidades indígenas. No passado, por exemplo, durante o processo de relocação, adotava-se, sobretudo, uma postura legalista, tal como relatou Maria Teresa. Ou melhor, indenizava-se, como determina a lei, os que tinham títulos de propriedades. Agora, além destes, todos os demais são

protegidos, de alguma forma, ainda que seja em se criar facilidades para a compra de terras em outras áreas.

NEGOCIAÇÕES

O esquema atual de transferência é mais participativo. "Antes, a empresa responsável pelo projeto apresentava um programa à população", comentou Maria Teresa, referindo-se às mudanças projetadas para cada área. "Hoje, há negociações, discutem-se projetos alternativos. As pessoas não são mudadas arbitrariamente", acrescentou ela.

O tratamento da comunidade indígena também é diferenciado. No passado, a postura era legalista e a Fundação Nacional do Índio (Funai) agia como intermediária. Hoje, o setor dá preferência a projetos fora de áreas indígenas. Na hipótese de ser impossível evitá-los, acompanha a questão de regularização da terra e até a compensação do território perdido, desde que guardadas as características da área original. Procura-se, também, evitar o contato com populações obreiras, para que não haja danos à saúde da população indígena.

Uma nova abordagem é dada, também à recomposição da flora e da fauna. No passado, a recuperação do ecossistema era feita com espécies exóticas. A prioridade atual é que se recomponha o ecossistema com espécies da região.

"Este plano não é uma peça que eu considere que possa ser colocada de lado. Poderá ser aperfeiçoado, mas tem conquistas que não tendem a se perder", disse Alqueres, referindo-se a qualquer mudança em função da posse, em março, de um novo presidente da República. Em verdade, o que fortalece o futuro do trabalho ainda que em novo governo, é o esquema participativo que existiu por trás de sua elaboração, considerou ele.

negociações relativas às mudanças.

Sobradinho, uma usina programada para potência de 1.050 MW, começou a ser construída antes de os levantamentos sócio-econômicos terem sido realizados. Seis municípios, quatro sedes municipais e vários povoados, num total de 60 mil pessoas, foram atingidos. Destes, 73% habitavam a área rural e praticavam a agricultura combinada, pesca e pecuária. As mudanças foram definidas pela empresa e, apesar da conjuntura política da época, foi detectada reação daqueles que não pretendiam sair das margens do reservatório.

Os gastos da Chesf com programas de remanejamento populacional, irrigação e ações ambientais na região de Sobradinho somaram 20% do total do empreendimento, de US\$ 1,681 bilhão. Não foi, contudo, suficiente para eliminar críticas de diferentes segmentos da sociedade devido ao número de pessoas atingidas e à forma de decisão no tratamento com os envolvidos.

A história da hidrelétrica de Itaparica, que começou a ser construída em 1975, não foi muito diferente. A população atingida — 40 mil pessoas —, dividia-se entre a de área rural e de área urbana. Os trabalhos relativos a questões sócio-ambientais também foram realizados quando as obras já haviam sido iniciadas. Os cálculos atuais indicam

que, do custo total do empreendimento — orçado em US\$ 1,622 bilhão — 50% deverão ser aplicados na relocação de pessoas, apoio à agricultura, entre outros.

Os gastos seriam menores e os programas no setor sócio-ambiental na área de Itaparica tivessem sido implantados desde o início, mas não alterados de acordo com sucessivos processos de negociação. De qualquer forma, houve, no decorrer da história de construção da usina, discussões com populações atingidas.

Itá, uma hidrelétrica projetada para o rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, foi planejada para gerar 1.620 MW e ter um reservatório de 138 quilômetros quadrados. Algumas diferenças das duas anteriores em 1979 estão no fato de o estudo de inventário da bacia do rio já incluir aspectos ambientais. Hoje, os trabalhos de engenharia se encontram na fase de projeto executivo, enquanto os de meio ambiente na de projeto básico.

A cidade de Itá, segundo informações da Eletrobrás, já foi reconstruída e 30% da relocação realizada, deslocamento, reconstrução, trabalhos de infra-estrutura estão sendo negociados passo a passo com a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (Crab), que, no caso de Itá, representa 15 mil pessoas.